

A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Luana Tillmann¹

Judith Mara de Souza Almeida²

RESUMO: A Educação Especial e a Educação Profissional e Tecnológica são modalidades de ensino que se articulam de forma incipiente. Neste artigo, temos o objetivo de refletir sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado na EPT. Para isso, faremos uma pesquisa bibliográfica (RAUEN, 2002) com abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1995), analisando simultaneamente legislações e documentos oficiais, bem como, discursos de teóricos que discorrem sobre o processo de inclusão social e escolar (SASSAKI, 1999) (MANTOAN, 2003, 2006) (CARVALHO, 2005). Consideramos que a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica se apresenta como um direito a emancipação, estando pautada na promoção de acessibilidade e de equidade de condições.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Público-alvo da educação especial. Acessibilidade. Equidade de condições. Atendimento Educacional Especializado.

1 INTRODUÇÃO

A partir do que observamos em Sassaki (1999), salientamos que o Brasil dispõe de um significativo arcabouço legal que assegura direitos às pessoas com deficiência, o qual está embasado na inclusão social e na efetivação da autonomia, da independência e do empoderamento. Dentre os dispositivos que compõem esse arcabouço, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), nº 13.146, também denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual objetiva assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais desse segmento, em igualdade de condições com as pessoas que não possuem deficiência, visando à efetiva inclusão social e gozo da cidadania.

Com isso, voltamos nosso olhar para um dos direitos fundamentais asseverados às pessoas com deficiência, sendo o direito à educação escolar. Pelo fato de atuarmos profissionalmente como docentes de Atendimento Educacional Especializado em uma instituição federal de ensino que oferta Educação Profissional e Tecnológica, temos o objetivo de refletir sobre a relação entre a Educação Especial e a Educação Profissional e Tecnológica a partir de uma perspectiva inclusiva. Assim sendo, neste artigo, apresentamos um recorte da fundamentação teórica que sustenta nossos estudos e nossa prática enquanto docentes da Educação Básica Técnica e Tecnológica na área de concentração de Atendimento Educacional Especializado.

1 Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. Professora de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense – Campus Santa Rosa do Sul. luana.tillmann@ifc.edu.br.

2 Doutora em Estudos Linguísticos. Professora de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari. judith.almeida@ifc.edu.br.

Para tanto, salientamos que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (BRASIL, 2015), afirma que é incumbência do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, dentre outros, um *sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida* (BRASIL, 2015, Art. 28, inciso I, grifo nosso). Destacamos a expressão modalidades nesse recorte legal, visto que, temos o intuito de ratificar que a Educação Inclusiva é constitucionalmente aplicada a todas as modalidades de ensino, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 (BRASIL, 1996), a Educação Especial e a Educação Profissional e Tecnológica caracterizam-se como modalidades de ensino nos sistemas educacionais no Brasil. Para demarcar nossas concepções pedagógicas, neste artigo, debruçamo-nos na Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva, isto é, como modalidade de ensino não substitutiva ao ensino comum, que pretende desenvolver e potencializar a autonomia do estudante dentro e fora da escola (MANTOAN, 2006; CARVALHO, 2005), assim como, na Educação Profissional e Tecnológica sob o prisma da educação integral do sujeito, que articula simultaneamente ciência, trabalho e cultura no processo de formação do estudante (RAMOS, 2010, 2014) (FRIGOTTO, 2010).

Sendo assim, compreendemos que sob a perspectiva da Educação Inclusiva, oriunda do paradigma de Inclusão Social emergente, a Educação Especial está baseada no princípio da educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente das características que eles apresentam, assim como, por fundamento, enaltece a promoção da acessibilidade e da equidade de condições. Contudo, cabe destacar que essa modalidade de ensino é destinada a um público-alvo específico. Camargo (2017) aponta a dificuldade comumente encontrada pelos docentes em compreenderem o que significa Educação Especial e o que significa Educação Inclusiva. Concordando com o exposto pelo autor, observamos que se faz frequente o uso equivocado desses conceitos como sinônimos em discursos de profissionais da educação.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), a Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e outras modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns. Essa modalidade objetiva eliminar ou minimizar as barreiras enfrentadas ao longo do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento³ e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008a), por meio da garantia de diversos serviços de apoio, denominados de Atendimento Educacional Especializado, conforme as necessidades educacionais específicas que cada um dos estudantes apresenta.

De acordo com o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) que regulamenta a Educação Especial e seus serviços de apoio especializado em âmbito nacional, o Atendimento Educacional Especializado é [...]

3 Os transtornos globais do desenvolvimento (TGD) são definidos pela Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), sendo denominados pelo código de doença f84, que varia do f84.0 ao f84.9. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) em leve, moderado e severo. Ambos os transtornos são equivalentes e consideram para diagnóstico os critérios estabelecidos respectivamente em cada um dos documentos. Desde a publicação do DSM-V, em 2014, a nomenclatura TEA é comumente utilizada, contudo, as legislações anteriores empregam o termo TGD.

compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente (BRASIL, 2011, Art. 2º, parágrafo 1º), sendo ofertado preferencialmente nas escolas comuns e no contraturno do ensino regular, de maneira complementar à formação dos estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista ou de maneira suplementar à formação dos estudantes com altas habilidades/superdotação. Isso significa que *O atendimento educacional especializado funciona em moldes similares a outros cursos que suplementam conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico e superior* (MANTOAN, 2006, p. 205), visto que, é um serviço de apoio que deve estar à disposição para todos os estudantes público-alvo da Educação Especial, de qualquer faixa etária, a fim de potencializar seu processo de ensino e aprendizagem.

Referente à Educação Profissional e Tecnológica, salientamos que ao tratarmos dessa modalidade de ensino, pautamo-nos na perspectiva de projetos que [...] *postulam uma educação unitária, universal, gratuita, laica e politécnica* (FRIGOTTO, 2010, p. 27), contrapondo o projeto societário neoliberal sustentado pela burguesia brasileira, o qual se subordina ao capital e baseia-se na adaptação do trabalhador aos objetivos do mercado capitalista e na dualidade do ensino, articulando de modo dissociável formação profissional e educação básica. Nesse sentido, Frigotto (2010) explica que esse projeto de sociedade capitalista historicamente se opõe à educação integrada, pois rejeita e combate qualquer forma de educação que [...] *desenvolva as bases científicas para o domínio e transformação racional da natureza, a consciência dos direitos políticos, sociais, culturais e capacidade de organização* [...] (FRIGOTTO, 2010, p. 30).

A partir do pensamento de Frigotto (2010), consideramos que a concepção de Educação Profissional e Tecnológica pautada na formação integral do sujeito transcende a formação profissional do estudante para além da integração entre ciência e técnica, vislumbrando, também, a tomada de consciência dos trabalhadores por seus direitos, objetivos e práticas sociais experienciadas ou não por eles. Essa concepção resgata o princípio da formação humana em sua totalidade [...] *visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas* (RAMOS, 2010, p. 44). Sendo assim, os conhecimentos científicos construídos social e historicamente são desenvolvidos através de um currículo que integra humanismo e tecnologia no processo de formação do homem que é cultural, retomando, dessa forma, a relação ontológica-histórica entre trabalho e educação.

A Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008b) esclarece que a educação profissional e tecnológica é entendida como uma modalidade que se integra “[...] aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008b, Art. 39), abrangendo tanto os cursos de educação profissional técnica de nível médio, quanto os de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, bem como, os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

Observamos que a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008c) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, não despende, em todo o seu caput, matéria relacionada à inclusão, em nenhuma de suas ordens, e nem sequer cita as pessoas com deficiência.

Consideramos que a caminhada dos Institutos Federais em direção à inclusão social/educacional, em termos de legislação, foi consolidada a partir da sanção da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), pelo fato de que tais instituições passaram a garantir o ingresso de estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, de estudantes oriundos de famílias em situação de baixa renda e de estudantes pretos, pardos e indígenas, mediante a reserva de vagas nos concursos seletivos para cada um dos cursos ofertados. Contudo, somente quatro anos depois foi acrescentada a reserva de vagas para as pessoas com deficiência, através da Lei nº 13.409 (BRASIL, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apoiadas em Bogdan e Biklen (1994), compreendemos que o homem modifica significativamente suas posturas de acordo com o contexto no qual está inserido em determinado momento histórico, atrelado às características culturais e aos paradigmas sociais latentes. Nesse sentido, anunciamos que esta pesquisa possui a abordagem qualitativa, visto que, nosso olhar enquanto investigadoras está direcionado para a subjetividade dos processos educacionais inclusivos e, conseqüentemente, para os aspectos pedagógicos e organizacionais e para as relações interpessoais inerentes a tais processos.

Ainda de acordo com Bogdan e Biklen (1994), toda pesquisa é fundamentada em uma orientação teórica, a qual expressa uma determinada forma de compreender e de afirmar como o mundo é e como ele funciona. *A teoria ajuda à coerência dos dados e permite ao investigador ir para além de um amontoado pouco sistemático e arbitrário de acontecimentos* (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 53). Portanto, ressaltamos que neste artigo apresentamos um recorte de nosso referencial teórico, no qual analisamos e, ao mesmo tempo, trazemos para dialogar conosco os discursos de teóricos que partem de uma perspectiva inclusiva e emancipadora, através do desenvolvimento de estudos bibliográficos (RAUEN, 2002). Portanto, salientamos que teóricos como Sassaki (1999) e Mantoan (2006) fundamentam nossos estudos e nossa ação pedagógica na área da Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreendemos que o ingresso dos estudantes com deficiência em cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como em cursos superiores, ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, está assegurado legalmente como direito efetivo por meio da reserva de vagas. Todavia, inspiradas na perspectiva de que *as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em função delas* (MANTOAN, 2006, p. 205), consideramos que um sistema inclusivo de educação não se limita ao ingresso de tal segmento social às instituições de ensino. Nesse sentido, salientamos que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), assegura que o poder público estabeleça:

O aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015, Art. 28, inciso II).

Sendo assim, faz-se necessário que as instituições de ensino que ofertam Educação Profissional e Tecnológica, disponibilizem o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Destacamos que em âmbito nacional não há legislação ou normativa que versa sobre a regulamentação dos serviços da Educação Especial ofertada sob a perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica. Dispomos de regulamentos e portarias estruturadas e seguidas individualmente pelas instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação. Sendo assim, tais instituições organizam e ofertam o Atendimento Educacional Especializado, disponibilizam os recursos pedagógicos e as tecnologias assistivas – para estudantes e servidores com deficiência- e desenvolvem ações inclusivas e formações continuadas para

discentes, docentes e comunidade externa a partir de suas possibilidades e planejamentos organizacionais. No Instituto Federal Catarinense, o serviço de Atendimento Educacional Especializado está regulamentado pela Portaria Normativa 04/2018 (IFC, 2018) que define e estrutura o referido serviço, de caráter multidisciplinar, ofertado pela equipe composta pelo docente de AEE, pedagogo e psicólogo. A equipe também atua colaborativamente com os docentes dos componentes curriculares e demais serviços de apoio ao estudante, tanto institucionais quanto externos.

Reiteramos, que sob a perspectiva inclusiva, a Educação Especial é transversal ao ensino, podendo atender desde as crianças que frequentam a Educação Infantil, até os adultos matriculados na Educação Superior, bem como, não substitui o ensino comum. No que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, o Atendimento Educacional Especializado necessita ser ofertado de maneira complementar a formação do estudante público-alvo da Educação Especial nos cursos técnicos, integrados ou subsequentes, e nos cursos superiores.

5 CONSIDERAÇÕES

Consideramos que a Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva e a Educação Profissional e Tecnológica, sob a vertente da educação integral, têm em vista a emancipação e o empoderamento do sujeito. Nesse sentido, a oferta do Atendimento Educacional Especializado para os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades/superdotação é fundamental para que as instituições que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica potencializem os processos de inclusão escolar desses estudantes, disponibilizando a complementação ou a suplementação curricular, bem como, os recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários para que eles estejam em equidade de condições com os estudantes sem deficiência.

Da mesma forma, entendemos ser extremamente relevante o trabalho colaborativo no processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica, sendo fundamental também, por exemplo, que docentes dos componentes curriculares e docentes do Atendimento Educacional Especializado interajam e compartilhem informações e experiências constantemente, a fim de que tais estudantes tenham assegurado seus direitos ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Kinopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3179-decreto-n%C2%BA-7611-de-17-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

- _____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 15 de ago. 2019.
- _____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- _____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- _____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- _____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- CAMARGO, Eder Pires de. _____. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência e Educação.** Bauru, v. 23, n. 1, 2017. P. 1-6. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. 3. Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. pp. 25-41.
- Portaria Normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018.** Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/Portaria-Normativa-004-2018-Regulamento-de-Atendimento-Educacional-Especializado-do-IFC.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. pp. 183-209.
- RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. pp. 42-57.
- _____. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Revista Trabalho & Educação,** v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7696>>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Investigação Científica.** Tubarão: Unisul, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1999.